

Comissão sugere rolagem por mais um ano

por Marcos Magalhães
de Brasília

O presidente da comissão mista de orçamento do Congresso Nacional, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), apresentou ontem à tarde o caminho que considera mais adequado para superar o impasse acerca do pagamento das dívidas externas dos estados. Ele propõe que o estoque de dívidas atrasadas seja rolagem por mais um ano, ao contrário do que desejava o governo federal, e os governos estaduais paguem o serviço das dívidas a vencer em 1989 segundo o escalonamento proposto pelo Palácio do Planalto.

Os estados que têm dívidas a vencer, no ano que vem, superiores a US\$ 1 bilhão — como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul —, desembolsariam, de acordo com a proposta, 25% do total do serviço da dívida. Aqueles que possuem compromissos que variam de US\$ 500 milhões a US\$ 1 bilhão pagariam 20% do serviço. Os que têm dívidas a pagar entre US\$ 300 milhões e US\$ 500 milhões entrariam com 10% do serviço, e os que se encontram na faixa inferior a US\$ 300 milhões teriam a dívida integralmente rolada pelo governo federal.

Caso seja aprovada essa sugestão, o governo deixará de arrecadar aproximadamente CZ\$ 450 bilhões — em valores de junho —, dos CZ\$ 550 bilhões que esperava obter com o pagamento parcial das dívidas dos estados, dos municípios e de suas estatais. A perda seria compensada, segundo parlamentares da comissão de orçamento, por três fontes (em números redondos): cortes em subsídios e incentivos fiscais, exclusivos destinados às regiões Norte e Nordeste (CZ\$ 150 bilhões), reserva de sazonalidade (CZ\$ 150 bilhões) e recursos do Banco Central (BC) destinados ao pagamento de dívidas do Tesouro com o próprio banco (CZ\$ 150 bilhões).

“Se não podemos ser juizes da política de refinanciamento das dívidas externas, o que não é nossa

atribuição legal, temos a prerrogativa de definir como se definirá o assunto dentro do orçamento da União para 1989”, afirmou Carvalho, que na manhã de ontem descreveu a sugestão elaborada em conjunto pelos governadores e o Congresso ao ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. “Nós resolvemos, então, chutar por mais um ano as dívidas vencidas e adotar para o pagamento das dívidas a vencer as faixas sugeridas pelo governo.”

Segundo Carvalho, Costa Couto limitou-se a ouvir a proposta e a sugerir uma trégua na discussão do tema. “O ministro afirmou desejar que o orçamento saia de uma espécie de pacto nacional, e não de um conflito entre o Executivo e o Legislativo”, contou o deputado. Mas os deputados e os senadores da comissão admitem, reservadamente, que estão comprando uma briga com o governo federal. Afinal, o sistema idealizado pelos governadores e parlamentares os fará pagar ainda menos pelas dívidas externas em 1989 do que em 1988, quando todos estão pagando 25% do serviço da dívida que vence no ano, uma vez que as faixas estabelecidas pelos ministros da área econômica vão dominar os desembolsos dos estados mais pobres.

“A situação realmente vai melhorar para nós”, admitiu o secretário de Fazenda de Minas Gerais, Luís Wellich. “Mas tinha de ser assim mesmo, para que pudéssemos promover as obras e os serviços fundamentais para a população”, justificou. José Machado Campos Filho, seu colega de São Paulo, também estava satisfeito. Segundo seus cálculos, o estado desembolsaria apenas US\$ 500 milhões, uma vez aprovada a nova fórmula, ante US\$ 1,6 bilhão se fosse aplicado o cálculo previsto pelo governo.

Os parlamentares da comissão de orçamento ainda deverão enfrentar alguns obstáculos legais. Em primeiro lugar, os CZ\$ 150 bilhões que eles desejam retirar da reserva de contin-

gência serão questionados pelo Poder Executivo, uma vez que a segunda mensagem enviada ao Congresso — para adaptar o projeto de orçamento à nova Constituição e à meta de zerar o déficit público — não contém essa rubrica. A comissão poderá argumentar, como já fez Carvalho, que a nova mensagem é uma emenda à primeira, ou seja, não a substitui e modifica apenas os itens expressamente propostos.

A questão pode complicar-se também quanto à transferência de recursos das três fontes estudadas para o suprimento da lacuna deixada pelos estados e pelos municípios devedores. Tecnicamente, todas estão concentradas na coluna de receitas da União, em que o Congresso Nacional não poderia mexer, segundo determina a Constituição e já admitiu o próprio relator da comissão, senador Almir Gabriel (PMDB-PA).